Globethics Repository



A democracia nao se exporta, e de todos [Democracy is not exported and of all]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	IHIU On-Line
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-17 16:02:04
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163355

Confusão entre Fome Zero e Bolsa-Família

O Fome Zero constituiu, em mais de 2.300 municípios do País, comitês gestores, integrados por nove pessoas, três do poder público, seis da sociedade civil. Erradicar os comitês gestores seria um grave erro, por destruir uma capilaridade popular que fortalece o empoderamento da sociedade civil; por comprovar que, sem gestão estratégica, o governo parece não saber que rumo tomar; por reforçar o poder de prefeitos e vereadores que nem sempre primam pela ética e pela lisura no trato com os recursos públicos. O governo não deve temer a parceria da sociedade civil, representada pelos comitês gestores.

Se os comitês não cuidarem também da gestão do Bolsa-Família e ficarem excluídos do controle dos cadastros das famílias beneficiárias, o governo estará escancarando a porta à corrupção. Há uma confusão entre os programas Fome Zero e Bolsa-Família que cabe ao governo federal elucidar. Um substitui o outro? Um compete com o outro? No meu entendimento, a prioridade do governo é o Fome Zero. O Bolsa-Família é um programa dentro do Fome Zero, criado para reforçá-lo com as políticas de transferência de renda.

O Fome Zero não pode, porém, ficar restrito ao Bolsa-Família, ou seja, à transferência de renda. Isso seria adotar políticas compensatórias que, a longo prazo, não promoveriam a inclusão social das famílias beneficiárias; ao contrário, reforçariam a dependência delas em relação às políticas públicas. O Bolsa-Família, ao operar transferência de renda, precisa estar combinado com a promoção humana, a reforma agrária e outras políticas estruturantes, sem as quais não reduziremos as desigualdades sociais. Portanto é de suma importância que o governo saiba operar a relação interministerial, de modo que todos os seus ministérios estejam plenamente harmonizados na política de combate à fome e inclusão social. O Ministério da Saúde, através do SUS, bem coordenado pelo ministro Humberto Costa, está em todos os municípios e se esforça para chegar a cada família. Estabelece e procura chegar à meta do controle social para evitar o desvio de recursos, que já são poucos.

A 2.ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional deverá elucidar muitas dúvidas. Com a criação do novo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como ficam os comitês gestores? Qual a relação entre Bolsa-Família e Fome Zero? O Fome Zero fica reduzido a uma secretaria do novo Ministério ou segue sendo a prioridade do governo Lula? Apenas as prefeituras terão controle dos cadastros das famílias beneficiárias? As políticas de transferência de renda são um fim em si mesmas ou um meio para reforçar políticas estruturantes? E quando, efetivamente, as políticas estruturantes estarão mostrando os seus efeitos? Quais as metas? Quando a orquestra dos diversos instrumentos contra a fome e a miséria começará a funcionar nos seus diversos níveis: federal, estadual, municipal e comunitário?

Entrevista da Semana

A DEMOCRACIA NÃO SE EXPORTA: É DE TODOS

*Reproduzimos do jornal **La Repubblica**, de 11 de março de 2004, a entrevista com Amartya Sen, indiano de Bengala, prêmio Nobel de Economia. Sen obteve o prêmio em 1998 – por seus estudos sobre o "welfare", a pobreza e a carestia – quando ensinava em Cambridge (Inglaterra) no prestigioso Trinity College. Atualmente ensina na Universidade de Harvard e em Cambridge (Massachusetts). Seu último artigo que, propriamente, não trata de economia (Democracy and its Global Roots) publicado em outubro do ano passado e editado pela revista **New Republic**, suscitou uma grande discussão no mundo acadêmico e político norte-americano. Esse artigo é uma parte do livro que acaba de ser publicado, agora, na Itália sob o título **La democrazia degli altri**, pela Editora Mondadori. Entre seus livros publicados em português citamos: **Sobre Ética e Economia***

(São Paulo: Companhia das Letras, 1999); e ***Desenvolvimento como Liberdade*** *(São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Amartya Sen está convencido de que a luta pela democracia é o desafio mais importante dos nossos tempos. A tradução da entrevista é da equipe de* ***IHU On-Line****.*

La Repubblica: As raízes da democracia não estão, portanto, no Ocidente?
Sen: Não digo isso, pois é um fato que na Grécia a democracia tomou forma. Já no século V a. C., quando em Atenas havia uma espécie de democracia direta e se tentavam eleições próprias e verdadeiras. O que eu contesto é que a civilização grega faça parte da cultura ocidental. Digo mais: se analisarmos as diversas histórias das diferentes partes da Europa, vemos que aqueles países que hoje são um exemplo de democracia, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, no tempo dos gregos tinham como antepassados os godos antes que os visigodos. É um erro não reconhecer os laços culturais e intelectuais que os gregos tinham com os antigos egípcios, com os persas e com os indianos.

La Repubblica: Democracia quer dizer eleições livres?
Sen: Não. Sozinhas as eleições não bastam para estabelecer uma democracia. Tomemos o exemplo de Stalin que, como sabemos, obtinha quase 100% dos votos, às vezes até mais. Em todos os regimes ditatoriais se realizaram eleições, onde as pessoas votavam por medo, não por escolha ou convicção. A democracia é uma coisa mais complexa.

La Repubblica: Tentemos defini-la?
Sen: Numa frase? Respeito das liberdades fundamentais e das diversidades, pluralismo. Eu a chamo a "discussão pública", a possibilidade de manifestar e discutir livremente as próprias idéias. Dessa "discussão" decorre a participação popular nas discussões próprias e verdadeiras dos problemas de governo, da agenda política.

La Repubblica: O senhor obteve um Nobel por seus estudos sobre a pobreza. É possível uma democracia completa nos países em desenvolvimento?
Sen: O que é a democracia completa? Tomemos o exemplo deste país, os Estados Unidos. É um país, certamente, democrático, contudo são poucos os que vão votar, sobretudo nas minorias étnicas como os afro-americanos. Mas seria errado criticar a América por isso. Quanto às nações pobres, tomo o exemplo da Índia, o país onde nasci. Quando nos anos 1970, Indira Gandhi, que não era uma pessoa antidemocrática mas que, talvez, foi mal assessorada, tentou reduzir os direitos civis e as liberdades políticas, foi fragorosamente derrotada nas eleições. Os eleitores "pobres" decidiram que também num país em via de desenvolvimento como a Índia, as liberdades e a democracia eram fundamentais.

La Repubblica: É possível a democracia nos países islâmicos?
Sen: Evidentemente que sim. A democracia é um valor global. É profundamente errado pensar que a democracia seja somente um valor ocidental.

La Repubblica: E se ela entra em conflito com o Islã?
Sen: Não digo que não haja um conflito com a religião, mas se há um conflito há uma discussão e isso nos remete ao princípio da democracia como "discussão pública". De resto, qualquer religião entra em conflito com a democracia. A religião pode ser, e em certos casos é, um problema. Atenas não era uma cidade particularmente religiosa. Mas acho que não devemos enfatizar demais os integralistas islâmicos como não devemos fazê-lo com os "fundamentalistas" cristãos dos Estados Unidos.

La Repubblica: A democracia pode ser exportada?
Sen: Eu posso exportar qualquer coisa que eu tenho e tu não tens. Acho que nós, como "Ocidente", exportarmos a democracia é um comportamento arrogante, significa apropriar-se de algo que não é somente nosso, significa "roubar" a democracia, um valor que é uma herança mundial. No nono, décimo e décimo primeiro séculos, havia mais democracia em Córdoba, dominada pelos muçulmanos, do que no "Ocidente". No décimo segundo século, o filósofo hebreu Maimônides foi obrigado a fugir de uma Europa intolerante e encontrou benévola acolhida na corte de Saladino, o mesmo que combateu pelo Islã contra as Cruzadas. E as "Cruzadas" foram inventadas no Ocidente. Quando Giordano Bruno foi condenado em Roma, o imperador mongol Akbar proclamava, na Índia, a necessidade da tolerância e abria o diálogo entre pessoas de credos diferentes: hindus, muçulmanos, cristãos e até ateus.

La Repubblica: É legítimo impor a democracia pela força?
Sen: Eu não acredito que seja o modo melhor. Creio que diz respeito, antes de tudo, aos "indígenas" encontrar o modo de desenvolver e impor a democracia. Às vezes, a pressão e as interferências externas são necessárias. Vem-me à mente a Birmânia, que agora se chama Myanmar, mas eu prefiro continuar chamando-a de Birmânia. Ali a pressão externa tem sido muito importante.

La Repubblica: E o Iraque?
Sen: Houve as pressões dos exilados iraquianos em Washington. O ponto de vista deles é muito discutível e não é o único que deve ser tomado em conta. O Iraque é um problema particular.

La Repubblica: Em que sentido?
Sen: Porque não há dúvidas que era um regime tirânico e sanguinário, uma terrível ditadura. Mas era um regime "secular" e não um país islâmico integralista. Agora, depois da invasão americana, esta sociedade secular será declarada, com uma "Constituição", uma sociedade islâmica. Há muitas contradições em tudo isso".

La Repubblica: Mas o senhor foi a favor da guerra no Kosovo. Por quê?
Sen: Porque acredito que foi uma intervenção justa. A intervenção no Iraque foi decidida, não porque aquele era um regime sanguinário, mas porque Saddam representava um "risco" para os Estados Unidos, ainda que depois as famosas armas de destruição de massa não fossem encontradas. No Kosovo, milhares de pessoas, naquele caso muçulmanos, eram brutalmente assassinadas. E a intervenção não foi decidida para defender os interesses americanos ou da Grã-Bretanha.

La Repubblica: Pode-se usar a violência "pela" democracia?
Sen: A violência, em alguns casos, pode ser justificada. Um exemplo para isso é a segunda guerra mundial. Mas é preciso estar muito atento. E para retomar o exemplo do Iraque, eu acho que não ter envolvido as Nações Unidas foi um erro grave.

La Repubblica: Não lhe parece que as Nações Unidas não gozam de boa saúde?
Sen: Antes de falar da ONU preciso dizer algo.

La Repubblica: O quê?

Sen: Eu sou conselheiro de Kofi Annan. Devo precisar isso por uma questão de correção.

La Repubblica: Então, o que pensa da ONU um conselheiro de Koffi Annan?
Sen: Pago simbolicamente um dólar anual. Digo isso porque não sou um fã da ONU, porque me pagam, mas me tornei um conselheiro especial, porque acredito nas Nações Unidas. O problema da ONU é que depende dos Estados, não só economicamente, mas também politicamente. No Iraque, a ONU não esteve presente, porque os EUA e a Grã-Bretanha não quiseram. E foi um erro.

La Repubblica: O senhor também é um "expert" em globalização. Quais são hoje os problemas mais graves?
Sen: A globalização em si mesma não é um problema. A globalização na economia, nas ciências, na matemática, na música é algo que enriquece a humanidade, é um fato absolutamente positivo. O problema é a desigualdade na participação da globalização.

Artigo da Semana

FSM – APÓS MUMBAI, NADA SERÁ COMO ANTES!

O encontro de Mumbai, em janeiro de 2004 na Índia, mudou o rumo dos Fóruns sociais mundiais. Como evitar que a próxima edição no Brasil – em Porto Alegre, 2005 - não seja uma mera repetição? É a pergunta que inquieta o Conselho Internacional do FSM abordada na matéria 'Porto Alegre deverá dar continuidade ao desafio indiano' da revista francesa ***La Vie****, de 19 de fevereiro de 2004, que reproduzimos a seguir. O autor do artigo é Patrick Viveret. Por indicação nossa, a tradução é de nossos colegas do Cepat, de Curitiba.*

"Em Mumbai vi espaços para conferências em locais organizados para cinco mil pessoas e que de fato não reuniram mais do que 100 pessoas". Retornando da Índia depois de alguns dias, Gustavo Marin, chileno, residente na França e animador da Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, não se esquece desse fato, ao mesmo tempo em que se põe a dar risadas quando se lembra, que na mesma ocasião, os militantes ocidentais disputavam espaço para ver quem iria ocupar a tribuna nos famosos plenários, supondo que estavam falando para a 'nata' de todo o Fórum Social.

Objetivo atingido, objetivo superado?

Na Índia, essas 'disputas táticas' foram uma piada. Enquanto os militantes europeus se debatiam entre eles, as oficinas ao lado, dos indianos, discutiam os temas que de fato lhes preocupam: o lugar da mulher, a luta dos intocáveis, a resistência ao integrismo religioso... "Foi mesmo um diálogo de surdos - afirma Gustavo -, que não se resumiu à participação nos plenárias, mas que se estendeu ao meio dos tambores das inumeráveis manifestações" As organizações apostaram na etapa asiática do FSM em uma maior participação dos movimentos populares. Objetivo atingido, objetivo superado? Em Porto Alegre, o Fórum tem reunido sobretudo representantes de organizações 'profissionais' do ativismo social e político. Em Mumbai, os movimentos de base ocuparam as ruas, manifestando de forma contundente e clara as suas reivindicações, mas também os seus espetáculos: o teatro, a dança, a música... centenas de manifestações artísticas interromperam os milhares de debates.